



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001696-37.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **FABIANA ARAUJO MOREIRA DE OLIVEIRA**
 Requerido: **Gol Linhas Aereas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja ao recebimento de indenização para reparação de danos materiais e morais que a ré lhe teria provocado.

Alegou para tanto que efetuou viagem aérea por intermédio da mesma e que ao chegar a seu destino apurou que sua mala foi extraviada, não a recuperando mais.

Diante das ponderações exaradas pela ré a fls. 28/29, determino a substituição no polo passivo da relação processual, o qual passará a ser integrado pela ré **VGR LINHAS AÉREAS S/A**.

Anote-se.

A ré admitiu em contestação que a bagagem da autora se extraviou, mas ressaltou que a ressarciu corretamente e que ela não fez prova do que havia então na mala.

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida prospera.

Com efeito, se é incontroverso o extravio da bagagem da autora, daí promana a obrigação da ré em ressarcir-la pelos danos materiais que tal fato lhe causou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A ré reconheceu essa obrigação, asseverando que a indenização foi paga de acordo com o Código Brasileiro de Aviação, mas quanto ao assunto não lhe assiste razão porque sendo a relação jurídica estabelecida entre as partes tipicamente de consumo se aplicam a ela as regras do Código de Defesa do Consumidor.

A jurisprudência é pacífica a propósito:

“Ocorrido extravio de mercadoria durante o transporte, não se aplica a indenização tarifada prevista em legislação especial, mas sim a regra da reparação integral pelo montante do dano causado. Precedentes do C. STJ” (TJ-SP, Apelação nº 1.311.479-9/00, 11ª Câmara de Dir. Privado, Rel. Des. **MOURA RIBEIRO**, j. 11.12.08).

“O Superior Tribunal de Justiça entende que a responsabilidade civil das companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços, após a entrada em vigor da Lei 8.078/90, não é mais regulada pela Convenção de Varsóvia e suas posteriores modificações (Convenção de Haia e Convenção de Montreal), ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, subordinando-se, portanto, ao Código Consumerista” (STJ, AgRg no Ag 1380215/SP, Rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, DJe 10/5/2012).

“RESPONSABILIDADE CIVIL. Contrato de transporte aéreo - Extravio temporário de bagagem e avaria em mercadoria transportada (bicicleta) - Responsabilidade objetiva da transportadora - Admissibilidade - Aplicação do CDC, em detrimento à Convenção de Varsóvia ou de Montreal e também ao Código Brasileiro de Aeronáutica, quanto às hipóteses de responsabilidade e ao 'quantum' indenizatório - Precedentes do STJ - Inteligência do art. 22, “caput” e parágrafo único, do CDC - Inadimplemento contratual consistente no extravio temporário da bagagem - Contrato de transporte traz implícita obrigação de resultado - A não obtenção desse resultado importa no inadimplemento das obrigações assumidas e a responsabilidade pelo dano ocasionado - Responsabilidade objetiva da Ré configurada” (TJ-SP, Apelação nº 0162599-96.2008.8.26.0100, 20ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ÁLVARO TORRES JÚNIOR**, j. 25/11/2013).

Em consequência, definida a obrigação da ré, a determinação de sua extensão haverá de considerar os danos efetivamente suportados pela autora e nesse contexto o montante postulado é razoável.

A relação de bens formulada a fls. 20/21 é compatível com o que poderia a autora então transportar, não sendo outrossim objeto de impugnação específica da ré seja quanto ao conteúdo, seja quanto aos preços dos bens declinados.

Dessa forma, acolhe-se a quantia pleiteada pela autora a esse título.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A mesma solução aplica-se ao pedido para recebimento de indenização que ressarcirá a autora pelos danos morais que suportou.

Afigura-se despendiéndose qualquer consideração para firmar a certeza de que diante do cenário apresentado ela foi exposta a situação constrangedora, frustrante e que lhe causou abalo de vulto, muito superior aos meros dissabores inerentes à vida cotidiana.

Qualquer pessoa mediana que estivesse no lugar do autor ficaria igualmente insatisfeita e inconformada, máxime porque em função disso a autora se viu impossibilitada de realizar viagem na sequência anteriormente programada.

Vinga, pois, o pleito a propósito.

O valor da indenização está em conformidade com os critérios usualmente empregados em situações afins (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo agasalho.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.730,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**